

AÇÃO, MEMÓRIA, IMORTALIDADE E DESERTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

ACTION, MEMORY, IMMORTALITY AND DESERTIFICATION OF PUBLIC SPACES

Fábio Abreu dos Passos¹

<https://orcid.org/0000-0002-7339-6689>

*Maravilha-te, memória!
Lembras o que nunca foi,
E a perda daquela história
Mais que uma perda me dói.*

*Meus contos de fadas meus –
Rasgaram-lhe a última folha...
Meus cansaços são ateus
Dos deuses da minha escolha...*

*Mas tu, memória, condizes
Com o que nunca existiu...
Torna-me aos dias felizes
E deixa chorar quem riu.*

(Maravilha-te, Memória. Fernando Pessoa)

Resumo: Hesíodo e Homero, na Grécia Antiga, por intermédio de seus poemas, faziam com que feitos heroicos não caíssem no limbo do esquecimento, concedendo-os aquilo que a humanidade sempre buscou, desde o seu aparecimento na Terra: imortalidade. Para Hannah Arendt, o espaço público substitui o discurso poético e, através de palavras compartilhadas uns com os outros, homens e mulheres perpetuam a memória das ações transcorridas na esfera pública. Contudo, a desertificação dos espaços públicos, levada a cabo por regimes de exceção, tais como totalitarismo e ditaduras, faz com que a amnésia coletiva seja uma patologia crônica que acomete homens e mulheres em sociedades de massa. O objetivo do presente artigo é lançar luz sobre a ação e memória no interior do pensamento arendtiano, no intuito de compreender de que forma a narrativa compartilhada nos espaços públicos outorga aos “heróis” um lugar permanente no mundo dos lembrados e, o seu contrário, o emudecimento dos espaços públicos, faz recair sobre fatos históricos o véu do esquecimento.

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Piauí. E-mail: fabiopassos@ufpi.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5666709774218066>

Palavras-chave: ação, palavra, memória, regimes de exceção, esquecimento.

Abstract: Hesiod and Homer in Ancient Greece granted great deeds what mankind has always sought since its appearance on earth: immortality. Through his poems, they made heroic deeds not fall into the limbo of oblivion. For Hannah Arendt, public space replaces poetic discourse and, through words shared with each other, men and women perpetuate the memory of the actions that have occurred in the public sphere. However, the desertification of public spaces, carried out by exception regimes such as totalitarianism and dictatorships, make collective amnesia a chronic pathology that affects of men and women in mass societies. The aim of this article is to shed light on the action and memory within Arendtian thought, in order to understand how the shared narrative of public spaces grants the "heroes" perpetuation in the world of the remembered and, its opposite, the erasing of public spaces, causes the veil of oblivion to historical facts.

Keywords: action, word, memory, exception regimes, forgetfulness.

Prólogo

Para Hannah Arendt, o mundo, que se configura como obra edificada pela atividade do *homo faber*, para que seja compreendido como algo verdadeiramente humano, necessita ser visto exatamente como ele é: uma morada imortal para seres mortais, o que demanda que *se falem* e que *se troquem experiências sobre ele*. O falar e trocar experiências possibilita a significação do mundo, que é levada a cabo pela faculdade do pensamento: uma atividade da vida do espírito que, ao ser exercitada, busca fazer com que os homens se reconciliem com a realidade e, conseqüentemente, se sintam pertencentes a um mundo comum. Na busca do pensamento para significar o “há” do mundo, ele traz à sua presença aquilo que fenomenologicamente está ausente, mas presente enquanto “objetos-de-pensamento”: experiências sobre as quais se efetuou um processo de de-sensorialização (*de-sense*) e de-sespacialização (*de-spatialize*). Posteriormente a esta operação, há o armazenamento dos “objetos-de-pensamento” (*thought-objects*), o qual é realizado por *Mnemosyne*,² mãe das musas e guardiã da memória. Este depósito de memórias auxilia a faculdade do pensamento, uma vez que deixa à disposição os “objetos-de-pensamento” para que sejam, posteriormente,

² “Mnemosyne, Memory, is the mother of the Muses, and remembrance, the most frequent and also the most basic thinking experience, has to do with things that are absent, that have disappeared from my senses. Yet the absent that is summoned up and made present to my mind—a person, an event, a monument—cannot appear in the way it appeared to my senses, as though remembrance were a kind of witchcraft. In order to appear to my mind only, it must first be de-sensed, and the capacity to transform sense-objects into images is called ‘imagination.’ Without this faculty, which makes present what is absent in a de-sensed form, no thought processes and no trains of thought would be possible at all. Hence, thinking is ‘out of order’ not merely because it stops all the other activities so necessary for the business of living and staying alive, but because it inverts all ordinary relationships: what is near and appears directly to our senses is now far away and what is distant is actually present” (ARENDR, 1978, p.85).

selecionados pela imaginação produtiva e postos diante do pensar para que ele possa atribuir sentido, significá-los.³

Entre os fenômenos que são armazenados no depositório da memória, estão os feitos heroicos. Se na Grécia Antiga a dádiva da imortalidade de grandes feitos era concedida pelos poetas, como Hesíodo e Homero, na modernidade, o espaço público substitui o discurso poético e, através de palavras compartilhadas uns com os outros, homens e mulheres perpetuam a memória das ações transcorridas na esfera pública.

Contudo, como significar o mundo, rememorando-o, se não há como se falar uns com os outros como o mundo é, uma vez que a desertificação dos espaços públicos, levada a cabo por regimes de exceção, se espalha como uma peste a devastar o solo fértil sobre o qual nascem a fala conjunta de homens e mulheres que, posteriormente, serão guardadas no “palácio da memória”?⁴ Como imortalizar os feitos “heroicos”, se o palco sobre o qual se erguem narrativas memoriais é vilipendiado constantemente?

A Grécia arcaica: *mnemosýse* – a guardiã da memória

De imediato, podemos dizer que a memória se constitui a partir de um processo inventivo lento, que não se fomenta pelo hábito, mas pela conquista do homem de seu passado, ou seja, pelo armazenamento de acontecimentos longevos que podem ser rememorados no instante do agora. Essa conquista progressiva do passado possui uma dimensão de tamanha importância na Antiguidade grega, em que a memória passou a ser personificada no panteão por uma divindade, que é nomeada pela função psicológica de armazenar fatos e eventos ocorridos. Esta divindade atende por nome de *Mnemosýne*: deusa guardiã da memória.

³ Segundo Bethânia Assy, “a diferença entre a mera apreensão de uma imagem e o ato deliberativo de lembrar por meio da atividade de pensar remete, por analogia, a reconsiderar a distinção entre percepção passiva e ativa”. Assim, “a capacidade de ‘de-sensorializar’ (*de-sense*) um objeto sensorial (*sense-object*), ele mesmo nunca aparente ao espírito, transforma o objeto, aparente aos sentidos, em uma imagem que pertence à imaginação. Essa operação, executada pelo que Arendt denomina de ‘imaginação reprodutiva’, remete-nos a ideia de que o entreposto da memória reflete uma percepção passiva, ou seja, a ‘habilidade ainda mais elementar de de-sensorializar e de ter presente diante (e não apenas em) do seu espírito o que está fisicamente ausente’. Por outro lado, apesar de diretamente dependente da imaginação reprodutiva, Arendt nomeia uma ‘imaginação produtiva’, que promove a seleção deliberativa, a relocação e a atribuição de sentido a uma imagem” (ASSY, 2015, p. 62-63).

⁴ “And I come to the fields and spacious palaces of my memory, where are the treasures of innumerable images, brought into it from things of all sorts perceived by the senses. [...] When I enter there, I require what I will to be brought forth, and something instantly comes [...] All these doth that great harbour of the memory receive in her numberless secret and inexpressible windings, to be forthcoming, and brought out at need; each entering in by his own gate, and there laid up. Nor yet do the things themselves enter in; only the images of the things perceived are there in readiness, for thought to recall” (AUGUSTINE, 2018, Book X).

Mas em que medida se fazia necessário, ao grego antigo, divinizar a função intelectual da memória? Jean Pierre Vernant, em sua obra *Mito e Pensamento entre os gregos*, nos ajuda a compreender esta necessidade. Para Vernant, devemos nos atentar para o fato de que esse fenômeno se edifica no interior de uma sociedade que entre os séculos XII a VII a.C se constituiu basicamente através da oralidade, uma vez que não havia a difusão da escrita. Nesse ambiente, a memória oral possuía uma importância vital.

A divinização da memória se personifica em *Mnemosýne*, deusa Titã, irmã de *Cronos* e de *Okeanos*, que durante nove noites se uniu a *Zeus* em seu leito sagrado e, ao final de um ano, ela gerou nove filhas de pensamentos semelhantes, que guardam em seu peito tão somente a preocupação do canto (HESÍODO, 1986, 54 a 58, 135).⁵ O coro das musas que *Mnemosýne* conduz possui uma função poética de extrema relevância no seio de uma sociedade predominantemente oral, uma vez que a atividade dos poetas exige uma intervenção sobrenatural, fazendo com que eles, embriagados pelo coro das musas, sejam os intérpretes de *Mnemosýne*, isto é, sejam veículos disseminadores da memória, do passado original a partir do qual deuses, semi-deuses e linhagens humanas foram geradas, uma vez que as musas cantam “tudo o que foi, tudo o que é, tudo o que será (HOMERO, 2003, I, p. 70).

As filhas de *Mnemosýne* ensinam aos poetas a verdade⁶ e, assim, a palavra poética está imune à contestação, pois não está na ordem de uma mera opinião (*doxa*), mas, por ser uma palavra inspirada pela deusa, carrega a potência religiosa e, portanto, sagrada. Há uma associação entre palavra e verdade. A memória, para o grego Antigo, não é uma capacidade humana de recordar, advinda de uma técnica que se aperfeiçoava com a prática, mas possuía uma estatura sagrada, sendo um privilégio apenas de alguns homens, os poetas, que eram agraciados pela inspiração das musas, que tanto podem pronunciar mentiras ou, quando querem, verdades. É nessa linha de raciocínio que Hesíodo, na *Teogonia*, expõe a advertência que as

⁵ Cada uma das nove filhas de *Mnemosýne* com *Zeus* possui características psicológicas distintas. Assim, temos *Calíope*, musa da eloquência e da poesia heroica, a qual detém a mais bela voz dentre as nove musas; *Clio*, musa da história, responsável pelas celebrações e por conferir fama a alguém; *Érato*, musa da poesia lírica e amorosa ou erótica, é responsável por despertar desejo; *Euterpe*, musa que representa música e alegria; *Polímnia*, musa da poesia sagrada; *Terpsícore*, musa da dança, mãe das sereias; *Talia*, musa da comédia e da festividade e, por fim, *Urânia*, musa da astronomia e da astrologia, inspiradora de geólogos e astrônomos.

⁶ Segundo Jean Pierre Vernant, “o saber ou a sabedoria, a *sophía*, que *Mnemosýne* dispensa aos seus eleitos é uma ‘oniciência’ de tipo divinatória (VERNANT, 1990, p. 138). É nessa perspectiva explicitada por Vernant que podemos nos voltar para um trecho de *Iliada*, quando Homero nos relata a importância das Musas nesses termos: “Dizei-me agora, ó Musas que no Olímpo tendes vossas moradas – pois sois deusas, estais presentes e todas as coisas sabeis, ao passo que a nós chega apenas a fama e nada sabemos –, quem formam os comandantes dos Dânaos e seus reis. A multidão eu não seria capaz de enumerar ou nomear, nem que tivesse dez línguas, ou então dez bocas, uma voz indefectível e um coração de bronze, a não ser que vós, Musas Olímpias, filhas de Zeus detentor da égide me lembrasse todas quantos vieram para debaixo de Ílion. Enumerais os comandantes das naus e a ordenação das naus” (HOMERO, 2003, Canto II, p. 480-490).

Musas fazem aos pastores nesses termos: “Pastores que habitam os campos tristes apróbrios da terra, que nada sois senão ventres. Sabemos contar mentiras muito semelhantes às realidades, mas sabemos também, quando o queremos, proclamar verdades” (HESÍODO, 1986, p. 22).

Ao nos debruçarmos na leitura das obras dos poetas Homero e Hesíodo, percebemos que, nas páginas que as compõem, há uma constante evocação do passado, o qual, em hipótese alguma, significa um prender-se ao que não mais existe, proporcionando, conseqüentemente, uma vida nostálgica, circunscrita ao não mais. O passado não faz com que haja uma omissão do presente, mas o ilumina com a forte luz de um ponto original e, portanto, faz do presente algo inteligível. É nessa perspectiva que podemos compreender a função da memória, que não é de anulação do tempo presente, mas serve como ponte a interligar o passado ao presente e, na perspectiva grega Antiga, liga o mundo do “agora” com o mundo “fundante”.

Além da fala do poeta revelar tempos primordiais, era responsável também pela imortalização ou não dos feitos dos homens. Em uma sociedade aristocrática como a grega Antiga, que valorizava sobremaneira os feitos honrosos, a importância depositada na narrativa poética é extremamente elevada, uma vez que a excelência guerreira é rememorada a partir dos feitos humanos que são contados pelos poetas. Podemos asseverar que a narrativa poética deve ser compreendida como um árbitro supremo: inspirado pelas musas, é o poeta que decide o valor ou o desvalor de uma ação do guerreiro, concedendo-o memória ou esquecimento. Nessa perspectiva, percebemos que há, pelo grego arcaico, um profundo respeito pela opinião pública. Contudo, esta opinião pública apresentava uma característica peculiar: uma vez que era fomentada pela fala mágica-verdadeira do poeta, não possuía um caráter verdadeiramente público, pois não há opinião nascida do “nós”, mas uma opinião pública forjada pela boca do profeta.

Embora a opinião pública não seja forjada pelo embate plural de perspectivas divergentes, o que fica notório quando nos voltamos para a assertiva de que era o poeta que imortalizava ou não os feitos humanos é a existência de um grande temor por parte da sociedade grega de que seus atos extraordinários caíssem no esquecimento e, assim, os homens não fossem capazes de imortalizar-se. É nessa perspectiva que temos diante dos nossos olhos o fato da divinização da memória se fazer no interior de uma sociedade que compreende o quanto de funesto há no esquecimento de seu passado original, bem como de suas façanhas heroicas, fato este que se desdobra em um conflito visceral entre memória e esquecimento, fazendo com que também o esquecimento seja divinizado sob a forma de *Léthe*: uma divindade feminina que

compõe uma das faces de uma moeda, cuja imagem da deusa *Mnemosyne* está gravada do outro lado.

Segundo a genealogia e teogonia, Lete vem da linhagem da Noite (em grego *Nyx*, *Nox* em latim), [...] [cuja] mãe é a Discórdia (em grego, *Eris*, em latim, *Discordia*) – o ponto escuro nesse parentesco.

Mas na interpretação desse mito a genealogia tem só um pequeno papel, pois “Lete” (*ele* ou *ela*) é sobretudo nome de um rio do submundo, que confere esquecimento às almas dos mortos. Nessa imagem e campo de imagens o esquecimento está inteiramente mergulhado no elemento líquido das águas. Há um profundo sentido no simbolismo dessas águas mágicas. Em seu macio fluir desfazem-se os contornos duros da lembrança da realidade, e assim, são *liquidados* (WEINRICH, 2001, p. 24).

Fica explícito que os gregos antigos concordam que as almas necessitam beber das águas do rio *Lethe* para esquecer-se de sua existência anterior e, assim, se verem livres para renascer em um outro corpo, sem o peso do que fizeram e, conseqüentemente, das culpas passadas⁷. Contudo, ao beberem dessas águas, esqueciam-se do que havia transcorrido em suas vidas pregressas, bem como dos ensinamentos acerca de suas linhagens. Para mitigar esse infortúnio, necessitavam do auxílio da narrativa poética que os ligava aos tempos primordiais.

A narração das histórias mitológicas é imprescindível para a criação e conseqüente manutenção de um modelo de vida social,⁸ na medida em que os poetas, sob inspiração das musas, narravam o tempo cíclico que retornava sobre si a cada dez mil anos, implicando dois presentes: o atual, vivido pelos homens, e o mítico originário, vivido pelos deuses e heróis. Nesse diapasão, a divinização da memória se constituiu devido ao fato de ser ela uma função mental extremamente elaborada, a qual atinge grandes categorias psicológicas, a exemplo do

⁷ No último livro da *República*, é narrado um mito, cujo personagem principal é *Er*, um homem valente que morreu em uma guerra. No décimo segundo dia de seu falecimento, ressuscitou e contou o que vira durante os dias em que esteve morto. *Er* descreve que vira um caminho que findava em um lugar maravilhoso, que continha duas aberturas: do lado direito, o caminho que as almas dos justos deveriam percorrer; à esquerda, o caminho destinado aos injustos. As almas começavam suas peregrinações por um dos dois caminhos após o julgamento dos juizes que determinaria quem era justo ou injusto. Posterior a este julgamento, era dada a cada alma a possibilidade de escolher quais as características que sua próxima vida na terra teria. Depois que cada alma confirmava suas escolhas e seus respectivos destinos, “[...] todas juntas caminharam para a planície do *Lethe* [esquecimento], expondo-se a um terrível calor sufocante, pois lá não havia árvores nem plantas que a terra faz crescer. Acamparam ao anoitecer à margem do rio *Ameles* [descuido/negligência], cuja água nenhum vaso retém. Estão, é necessário que todos a bebam com moderação, mas os que não forem salvos pela reflexão a beberam além da medida e os que a beberam esqueceram-se de tudo” (PLATÃO, 1987, 621a).

⁸ Para entendermos a verdade contida nas narrativas poéticas e de que forma essas narrativas eram fundamentais para a criação e a manutenção de uma ordem social, devemos nos voltar para a construção mítica das divindades que inspiram tais narrativas, ou seja, as musas. É nessa perspectiva que as palavras de Homero devem ser acolhidas, quando este roga às filhas de *Mnemosyne* nos seguintes termos: “Dizei agora, Musas, que tendes vossa morada no Olimpo, pois sois deusas e estais sempre presentes e sabeis todas as coisas, enquanto nós apenas ouvimos rumores e nada sabemos quem eram os chefes e os governantes dos gregos?” (HOMERO, 2003, p. 17).

tempo e do “homem interior”, categorias estas que continuam a influenciar as reflexões em torno do tema da memória no interior de obras filosóficas, como atestam os escritos confessionais de Agostinho; o criticismo kantiano, fundamentalmente na *Crítica da Razão Pura*, na seção intitulada *Estética Transcendental*, quando Kant irá tratar da categoria de tempo; as reflexões de Paul Ricœur acerca da memória, da história e do esquecimento; a explicitação do “dever da memória” no interior dos escritos de Beatriz Sarlo e a relação da memória, imortalidade e preservação de um mundo comum, levada a cabo no interior da filosofia política de Hannah Arendt.

Memória e Imortalidade em Hannah Arendt

A memória, no interior do pensamento arendtiano por vezes não recebe a devida atenção por parte daqueles que se debruçam sobre sua filosofia política. No intuito de lançar luz sobre essa atividade espiritual, além de outros textos, iremos nos valer de alguns dos aportes teóricos contidos no artigo de Irene McMullin, *The Amnesia of the Modern: Arendt on the Role of Memory in the Constitution of the Political*, no qual a autora nos aponta o importante papel que a memória desempenha nas reflexões arendtianas, uma vez que essa faculdade preserva o “quem” que é revelado no espaço público por intermédio de palavras e ações. Essas palavras e ações dependem que a comunidade lembre “quem” nós somos.

Na Antiguidade grega, os heróis e os atores políticos necessitavam dos poetas no intuito de que seus feitos se tornassem imortais, como vimos no primeiro giro argumentativo de nosso texto. A arte de Homero, reificada em sua obra *Iliada*, celebra e torna imortais os feitos extraordinários de Heitor e Aquiles, fazendo com que estes galgassem o céu eterno dos heróis imorredouros.⁹ Portanto, para que feitos e ações sejam peças-chave na construção do mundo factual, é necessário, após a sua realização, que elas sejam lembradas, que elas permaneçam.

Para que se tornem coisas mundanas, isto é, feitos, fatos, eventos e modelos de pensamentos ou ideias, devem primeiro ser vistos, ouvidos e *lembrados*, e então transformados em coisas, reificados, por assim dizer – em recital de poesia, na página escrita ou no livro impresso, em pintura ou escultura, em algum tipo de registro, documento ou monumento. Todo o mundo factual dos assuntos humanos depende, para sua realidade e existência contínua, em

⁹ “The only way in which mortals such as ourselves can achieve something like ‘immortality’, then, is through the community’s recognition and remembrance of our extraordinary deeds. Human action can only live on in the collective memory of the community – a fact that calls one forth into performing excellent actions worthy of such commemoration” (McMULLIN, 2011, p.93).

primeiro lugar da presença de outros que tenham visto e ouvido e *que se lembram*; e, em segundo lugar, da transformação do intangível na tangibilidade das coisas. *Sem a lembrança* e sem a reificação de que a lembrança necessita para sua realização – e que realmente a torna, como afirmavam os gregos, a mãe de todas as artes –, as atividades vivas da ação, do discurso e do pensamento perderiam sua realidade ao fim de cada processo e desapareceriam como se nunca houvessem existido (ARENDDT, 2010, p. 117. Grifos nossos).¹⁰

Fica evidenciada a importância daquele que conta os grandes feitos, o espectador, isto é, aquele que narra as ações levadas a cabo na esfera pública, pois é ele que será o responsável por preservar as ações. “Contar a ‘estória’ é a única maneira da ação permanecer na memória dos homens e dos feitos e palavras humanas adquirirem dignidade por parte do pensamento” (AGUIAR, p. 218, In: BIGNOTTO; MORAES (Org.). 2001). O espectador, aquele que narra os feitos extraordinários, aparece aos olhos de Arendt como uma espécie de “coruja de minerva” hegeliana,¹¹ que alça voo somente após os feitos do dia terem transcorrido, para, com seus olhos glaucos, poder compreender o que foi realizado, pois somente após palavras e atos terem sido colocados dentro de uma trama é que eles podem ser legados às gerações futuras como uma espécie de herança memorial.¹²

Enquanto na Antiguidade arcaica os poetas possuíam uma importância nuclear no que tange a conferir imortalidade aos feitos dos grandes heróis, posteriormente será a *polis*, a comunidade política, que garantirá que as ações perdurem sem a necessidade da fala mágica dos poetas.¹³ A comunidade é aquela responsável pela “guarda” da vida pública: as ações que são iniciadas por atores políticos que, ao deixarem a comodidade de seus lares, se lançam em ações cujas consequências são imprevisíveis e irreversíveis. Esses, que adentram a esfera

¹⁰ “I argue that this ‘reification of remembrance’ is mediated through two areas of collective life: the viewpoint of the storyteller, who crafts a narrative that can be passed on to others; and the political community, which preserves these stories over time and provides a space in which they can continue to be told” (VEROVŠEK, 2014, p. 394).

¹¹ « Le passé n’est plus la dimension de la grandeur, mais c’est la mémoire que est la dimension du passé. Das la mémoire, l’unidimensionalité linéaire redevient pluri-dimensionnelle ; elle se représente de façon perspectiviste. Tel est le fondement du ‘subjectivisme’ dans toute philosophie de l’histoire, et [cela] conduit en définitive à la ‘pensée perspectiviste’ chez Nietzsche » (ARENDDT, 2005, p. 327).

¹² “Spectators become the ultimate ‘guardians of the facts and the events of the world’ by recording the acts of others and crafting them into stories” (VEROVŠEK, 2014, p. 395).

¹³ « L’action fait apparaître la fait qu’on ne peut être vu que par des mortels dont la mémoire périt en même temps qu’eux. Origine de la poésie au sens de la mémoire éternelle. Le renvoi à la poésie fait apparaître que l’oeuvre est beaucoup plus durable quel’action. Peut-être Homère est-il ‘plus grand’ qu’Achille ? C’est là la première raison pour laquelle le a pu devenir représentatif pour la vita activa tout entière. – Il s’avère en outre que la mémoire ne suffit pas en soi, qu’elle doit être transformée en quelque chose qui est fabriqué. La polis ‘remplace’ da poésie : elle crée un espace que, en tant que tel, doit être permanent, un véritable afin que tout puisse coserver l’immortalité que lui revient sant Être tributaire du ‘hasard’ du poète. C’est dans la polis et en tant que que la vie humaie laisse sa trace. La polis offre l’assurance qu’on ser-toujours-vu, même après la mort. L’écriture de l’histoire reprend la fonction originelle de la poésie, mais elle demeure naturellement aussi » (ARENDDT, 2005, p. 673-674).

pública para viver a experiência da liberdade na ação junto a seus pares, são, aos olhos arendtianos, os “heróis”.

O sentido dado por Hannah Arendt à expressão “herói” está enraizado na premissa de que mulheres e homens, quando adentram a esfera pública, deixam o convívio e o cuidado com a sua família, junto aos quais são realizadas atividades típicas da esfera privada, para emergirem em um ambiente no qual o que dita as ações humanas é o “perigo”, alicerçado pela imprevisibilidade.¹⁴ O que está em jogo na política não é a vida, mas o cuidado em se preservar o mundo, pois ao se cuidar do mundo, preserva-se o lócus do aparecimento da humanidade em sua pluralidade, que é a lei da Terra. Nessa linha de raciocínio, podemos dizer que, para haver a “fabricação de um herói”, é preciso que a coragem impulse mulheres e homens a tornarem-se seres cuja preocupação com sua existência não seja algo primordial, mas, ao contrário, o que deve ser a preocupação nuclear de suas vidas é a ação de cuidar e preservar o mundo (PASSOS, 2020, p.102).

Do que foi exposto acima, depreende-se que o único modo de mulheres e homens, seres mortais, alçarem o plano da imortalidade, reservado aos “heróis”, é pela lembrança de seus feitos, o que nos faz desdobrar o nosso argumento e perceber a importância da comunidade e do seu lócus performativo: o espaço público. Nessa franja conceitual, o espaço público constitui-se como condição *sine qua non* para a compreensão do quanto a memória é importante para o estabelecimento de uma nação. As ações humanas perdem a capacidade de permanecer vivas no interior de uma memória coletiva¹⁵, quando palavras e ações plurais não mais se fazem presente em seu seio. É nessa linha argumentativa que a *polis* terá um papel de extrema importância, pois é em seu interior que ações e palavras são experienciadas, uma vez que a ação e o discurso necessitam da presença dos outros para ganharem realidade e serem lembrados. Nessa perspectiva, a pluralidade possui um duplo papel: levar adiante a ação iniciada – os atores

¹⁴ Segundo Arendt, toda ação traz em seu seio o germe do inesperado, do imprevisível, transpondo todos os limites e superando todas as fronteiras que circunscrevem os eventos predeterminados. No âmago da esfera pública, alicerçado pela vivência em um espaço plural, está uma das marcas indistintas da ação: sua imprevisibilidade. A imprevisibilidade, contida na ação, não se constitui como um “perigo” que pode vitimar somente um pequeno grupo de indivíduos, os quais, por assim dizer, estão na “alça de mira” do agente da ação, mas um grande número de mulheres e homens, devido ao fato de que estes estão imersos em uma teia de relações que, entrecruzada, tece o espaço público: lócus do agir humano. Cf. ARENDT, 2010, p. 294ss.

¹⁵ “Entre les deux pôles de la mémoire individuelle et de la mémoire collective, n'existe-t-il pas un plan intermédiaire de référence où s'opèrent concrètement les échanges entre la mémoire vive des personnes individuelles et la mémoire publique des communautés auxquelles nous appartenons? Ce plan est celui de la relation aux proches, à qui nous sommes en droit d'attribuer une mémoire d'un genre distinct. Les proches, ces gens qui comptent pour nous et pour qui nous comptons sont situés sur une gamme de variation des distances dans le rapport entre le soi et les autres” (RICŒUR, 2000, p.161).

políticos –, bem como atestar o que aconteceu e rememorar os grandes feitos – os espectadores.¹⁶ Os produtos da ação,

[...] por si mesmos, são não apenas destituídos da tangibilidade das outras coisas, mas são ainda menos duráveis e mais fúteis que o que produzimos para o consumo. Sua realidade depende inteiramente da pluralidade humana, da presença constante de outros que possam ver e ouvir e, portanto, atestar sua existência (ARENDDT, 2010, p. 117).

Para Peter J. Verovšek, em seu artigo *Unexpected Support for European Integration: Memory, Rupture, and Totalitarianism in Arendt's Political Theory*, embora a memória coletiva seja uma importante fonte para estabilidade social, o que lhe confere uma concepção positiva, uma vez que ela é uma das mantenedoras da identidade de um povo, ela também possui uma concepção negativa, uma vez que é capaz de alimentar ódios, ao fazer com que algo atroz, cometido no passado, não seja esquecido¹⁷, mantendo os “ciclos de ódio” (VEROVŠEK, 2014, p. 390).¹⁸ Contudo, em nosso entendimento, sua face positiva deve se sobressair sobre a face negativa, pois a identidade coletiva, fomentada pelo exercício da memória, possui uma importância nuclear para a constituição de um povo, pois a negação do passado atroz, ao invés de constituir uma paz social, acarreta uma alienação de um país em relação aos fatos que devam ser lembrados e, caso necessário, punidos, para que fenômenos similares sejam inibidos de voltarem à cena pública.

¹⁶ “We can see modernity's attempt to answer this issue when we recall Arendt's claim from the beginning, namely, that ‘Action, in so far as it engages in founding and preserving political bodies, creates the condition for remembrance, that is, for history’ (HQ 8-9). Action ‘creates its own remembrance’ not simply because its inherent excellence provokes communal approbation, but because certain actions serve to first bring people into community” (McMULLIN, 2011, p.106).

¹⁷ É nesse sentido que uma parcela da sociedade brasileira encara a necessidade de se manter a Lei de Anistia, lei nº 6.683, que foi promulgada pelo ditador João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979. Em seu Artigo primeiro, é explicitado o cerne de sua promulgação. “Art 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares e outros diplomas legais” (BRASIL, 2013, Lei nº 6.683, Art 1º). Nessa esteira argumentativa, ao se manter em vigência a lei de Anistia, acredita-se que não se deve volver o passado e que a suspensão desta lei poderia trazer disputas e contendas no corpo social brasileiro.

¹⁸ O motivo que faz com que a memória possua uma natureza conflituosa está na razão de ser a narrativa memorial fragmentada e lacunar. A fragmentação se deve ao fato de que a memória não opera sobre algo que está presente, mas sobre algo que não há mais. Acerca da segunda característica, podemos dizer que as fontes da memória possuem um caráter lacunar, seja porque muitas das testemunhas oculares não estão mais entre nós, pois já faleceram, seja porque muitos documentos foram perdidos ou manipulados desde sua origem. Os fatos e eventos não chegam até nós, por intermédio da memória, íntegros e homogêneos, mas fragmentados e repletos de lacunas que possibilitam interpretações variadas, as quais abrem um campo de disputas muitas vezes repleto de ideologias e interesses particulares que não visam à construção da memória coletiva.

Peter J. Verovšek nos alerta que, para Hannah Arendt, há dois riscos iminentes ao não se cultivar a memória, legando fatos e eventos ao fosso do esquecimento: primeiro, sem a memória, a narrativa que se fomenta sobre si mesma, a qual constrói a identidade de um indivíduo, é ameaçada em suas bases constitutivas, ou seja, sem a habilidade para recordar os seus feitos, não se consegue manter relações pessoais, uma vez que não haverá a devida noção de como eu apareço a mim mesmo; segundo, sem a memória, mulheres e homens de hoje não conseguirão manter um elo com as mulheres e os homens de ontem, com seus ancestrais, fato este que traz consigo a ameaça da preservação de um mundo comum, habitado pelo “nós”: os de ontem, os de hoje e os que virão.¹⁹

É importante salientar que o segundo risco do esquecimento que acomete fundamentalmente a memória coletiva é alimentado pelo emudecimento das narrativas. As vozes plurais são silenciadas, a partir do momento que a desertificação dos espaços públicos avança e transforma o solo fértil a partir do qual nascem opiniões em um terreno arenoso. O empobrecimento da fertilidade do solo dos espaços públicos é levado a cabo por “políticas de esquecimento”²⁰ que, entre outras práticas, desqualificam as narrativas daqueles que experienciaram e vivenciaram fatos que, embora funestos, devem ser lembrados para que não voltem a acontecer²¹.

Políticas de esquecimento”: tudo em volta está deserto

¹⁹ “Although individuals are able to distinguish themselves through action, this process is futile without memory. Speech and deeds leave nothing behind. The experience of action must be preserved through ‘the mind’s power of having present what is irrevocably past and thus absent from the senses. Without memory neither individuals nor communities would have a past or a future: ‘the living activities of action, speech, and thought would lose their reality at the end of each process and disappear as though they never had been’” (VEROVŠEK, 2014, p. 393).

²⁰ As “políticas de esquecimento” são variadas e, dentre elas, estão as “queimas de arquivo”, dentre as quais podemos citar o assassinato do Coronel Paulo Malhões em seu apartamento, no dia 25 de abril de 2014, um mês após ter deposto na Comissão Nacional da Verdade e ter dado detalhes de como eram realizadas torturas e desaparecimento de corpos durante a ditadura civil-militar; a não valorização dos resultados dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade; acordos jurídicos que interrompem investigações que poderiam levar às punições de torturadores e colaboradores, como foi o caso emblemático da Volkswagen do Brasil, bem como a troca de nomes de vias públicas, como ocorrido em agosto de 2019 quando, na cidade de Parnaíba, no estado do Piauí, houve a renomeação de uma avenida que deixou de se chamar “Avenida Dr. João Silva Filho”, passando a ser denominada de “Avenida João Baptista Figueiredo”, nome do último ditador militar brasileiro. Essas práticas procuram deliberadamente encobrir e alterar o passado a partir de interesses particulares.

²¹ “O presidente da República, Jair Bolsonaro, ironizou nesta segunda-feira, 28, [de dezembro de 2020] a tortura sofrida pela ex-presidente da República Dilma Rousseff no período em que ela foi presa, em 1970, durante a ditadura. A apoiadores, Bolsonaro chegou a cobrar que lhe mostrassem um raio X da adversária política para provar uma fratura na mandíbula. ‘Dizem que a Dilma foi torturada e fraturaram a mandíbula dela. Traz o raio X para a gente ver o calo ósseo. Olha que eu não sou médico, mas até hoje estou aguardando o raio X’, afirmou” (CARTA CAPITAL. Bolsonaro ironiza tortura sofrida por Dilma na ditadura. Disponível em: [Bolsonaro ironiza tortura sofrida por Dilma na ditadura - CartaCapital](#). Acesso em 30 de dezembro de 2020).

A imagem do processo de desertificação do espaço público, infligida pela ditadura civil-militar brasileira, o qual continua a se disseminar na tessitura da malha social e política como um fungo nocivo através das “políticas de esquecimento”, é apresentada por Eduardo Jardim em sua obra *Tudo em volta está deserto*, aliás, o próprio título da obra, que é um trecho de uma música de Caetano Veloso, *Como dois e dois*, já aponta para árida realidade política brasileira durante os anos de repressão. A desertificação, que pode ser oriunda ou de processos naturais ou de atividades humanas, em solo brasileiro, foi levada a cabo pelas práticas de regime de exceção. Durante os anos de 1967 e 1968, ocorreram acontecimentos que explicitam o aceleração da amplitude das zonas áridas que tomaram de assalto a esfera pública brasileira durante a ditadura civil-militar.

No primeiro conjunto de acontecimentos, podemos perceber que esses dois anos foram marcados pela presença de estudantes nas ruas do Rio de Janeiro e de outras cidades do Brasil, em passeatas contra o regime autoritário que “dava as cartas verdes e amarelas”. Essas manifestações tiveram seu ponto máximo na passeata dos “Cem Mil”, ocorrida no final do mês de junho de 1968 na cidade do Rio de Janeiro. A partir desse evento e, fundamentalmente após a morte do estudante Edson Luís pela polícia, as manifestações se intensificaram. O enterro de Edson Luís se transformou em manifestação política, quando uma multidão realizou um cortejo fúnebre do centro da cidade até o cemitério de São João Batista. O segundo conjunto de acontecimentos destes anos foi marcado pelas reações dos militares às manifestações populares, especificamente aquelas fomentadas por ocasião da missa de sétimo dia do assassinato de Edson Luís, realizada na Candelária. A polícia lançou-se sobre os estudantes com cavalaria, deflagrando um confronto que se estendeu mês adentro. Esses acontecimentos foram o estopim para o endurecimento do regime, pois “nos anos seguintes, um decreto-lei instituiu a pena de morte para crimes de guerra revolucionária ou subversiva, e, em 1970, foi criada a censura prévia para toda a produção editorial” (JARDIM, 2017, p. 45). Foi necessária, portanto, a degradação do solo da esfera pública para que a voz de resistência que ecoava das bocas daqueles que eram contrários ao regime fosse emudecida, construindo um mundo fictício, no interior do qual todos tinham a sensação de que “Tudo [está] certo como dois e dois são cinco”, ou seja, uma pseudo paz, construída às custas da funesta certeza de que “Tudo em volta está deserto” (Caetano Veloso, *Como dois e dois*).

Os regimes de exceção, ao mitigarem a possibilidade de mulheres e homens manifestarem uns aos outros como o mundo lhes aparece, bloqueiam a nascente das lembranças que está nas narrativas que ligam o passado ao futuro. De fato, esses regimes destroem o mundo

comum, obra das mãos humanas, que serve como palco para o aparecimento de mulheres e homens plurais em palavras e ações, as quais são imortalizadas por aqueles que irão “contar uma história” do que foi feito, para que as gerações futuras possam aprender e proteger o passado contra as investidas de “políticas de esquecimento”. Além de protegerem a memória coletiva dos riscos da amnésia, cada nova geração deve aumentar o que já foi feito, ao pavimentar as suas próprias estradas que são construídas a partir de suas ações e palavras²². Violentas rupturas, como as que são levadas a cabo por regimes de exceção, destroem as narrativas existentes, não permitindo que o passado toque o futuro em forma fragmentada, como uma pequena fresta de luz a iluminar os nossos persistentes “tempos sombrios”.

Epílogo

O Brasil tornou-se notório por colocar em prática, hodiernamente, “políticas de esquecimento”, fundamentalmente no que tange aos fatos e eventos transcorridos durante o período de ditadura civil-militar, a partir de estratégias que buscam reduzir a memória desse período em inverossimilhança, massacrando e combatendo a possibilidade de se construir uma memória social e coletiva. Os empecilhos que dificultam o êxito dessas “políticas de esquecimento” são diminutos, pois há um elemento facilitador no interior do próprio país, a saber, a existência de um par de imagens a partir das quais o Brasil se constrói como nação: uma explícita e ilusória, outra implícita e fidedigna. A primeira dessas imagens apresenta o Brasil enquanto um “[...] país do futuro, de vastos horizontes, acompanhada de uma outra imagem, a qual demonstra que as estruturas de poder não mudam da colonização até as alianças do governo Lula, país de uma ‘elite’ corrupta, de um povo resignado e submisso e de expedientes no ‘limite’ ou fora do ‘limite da legalidade” (GARNEBIN, 2015, p. 04). Essas imagens contribuem para erigir uma convicção inquebrantável: não há a mínima necessidade de se voltar para o “nosso” passado, pois nada muda e, além disso, devemos olhar para a frente, afinal, o Brasil é um país do futuro!

Portanto, sem hesitação, podemos asseverar que um dos eventos e acontecimentos passados mais negados pela população brasileira é o que se refere à ditadura civil-militar, uma vez que se tenta, por inúmeras práticas ardilosas, negar a existência de um estado de exceção e de suas execuções, sequestros, torturas e estupros que depõem contra os direitos humanos.

²² “The survivors must find a way to overcome the totalitarian experience without forgetting its brutal lessons. In order to do so, individuals need a new narrative that links the past and future firmly to the present by rejecting the unifying, memory-numbing structures of totalitarianism” (VEROVŠEK, 2014, p. 401).

[...] a ditadura brasileira, tantas vezes celebrada como ditadura suave [...], porque não assassinou um número tão grande de vítimas como seus ilustres vizinhos, é uma ditadura que não somente é objeto de uma violenta coerção ao esquecimento, mas também é uma ditadura que se perpetua, que dura e *contamina* o presente (GARNEBIN, 2015, p.06).

O período ditatorial continua a contaminar o presente e, portanto, podemos afirmar que ainda resta sintomas ditatoriais na tessitura da malha social e política brasileira, uma vez que não há um reconhecimento oficial das torturas e assassinatos dos “heróis” que se lançaram no que restava de espaço público, no intuito de desfazer as espedas nuvens sombrias que pairavam sobre nosso país. Esse não reconhecimento faz com o que se esvazie o campo de discussões e debates sobre esse tema, fazendo com que a amnésia coletiva seja uma patologia crônica. Há, assim, “políticas de esquecimento” que não permitem “[...] realizar um processo de elaboração do trauma histórico comparável a um luto coletivo” (GARNEBIN, 2015, p.04), processo essencial para que a vida cívica, vivida em comunidade, seja restaurada, ou melhor dizendo, que uma vida cívica nasça na esfera pública brasileira com pujança e vigor inquebrantável. Embora vivenciemos constantemente ataques contundentes à democracia, esta, com sua persistente virtude cívica, ainda constitui um dos principais objetivos de grande parcela dos atores políticos e intelectuais, que vislumbram o dia em que igualdade, liberdade e participação constituam o tripé alicerçador da vida pública.

Referências

AGUIAR, Odílio Alves. Pensamento e Narração em Hannah Arendt. In: BIGNOTTO Newton; MORAES, Eduardo Jardim (Org.). *Hannah Arendt: Diálogos, Reflexões, Memórias*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 11. ed. Revisada. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDDT, Hannah. *Journal de pensée (1950-1973)*. Paris: Seuil.

ARENDDT, Hannah. *The Life of the Mind*. London: A Harvest Book, 1978.

ASSY, Bethânia. *Ética, Responsabilidade e Juízo em Hannah Arendt*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

AUGUSTINE, Saint. *The Confessions*. Translated by E. B. Pusey. New York: GlobalGrey, 2018.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 2013, Art. 136.

CARTA CAPITAL. Bolsonaro ironiza tortura sofrida por Dilma na ditadura. Disponível em: [Bolsonaro ironiza tortura sofrida por Dilma na ditadura - CartaCapital](#). Acesso em 30 de dezembro de 2020.

GARNEBIN, Jeane Marie. Walter Benjamin – Esquecer o Passado? In: MACHADO; HESÍODO. *TEOGONIA*. Trad. Ana Lucia Silveira Cerqueira e Maria Therezinha Arêas Lyra. 2. Ed. Niterói: EDDF, 1986.

HOMERO. *Iliada*. Trad. e prefácio Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

JARDIM, Eduardo. *Tudo em volta está deserto: encontros com a literatura e a música no tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

MACHADO JR; VEDDA (Orgs.). *Walter Benjamin: Experiência histórica e imagem dialética*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

MCMULLIN, Irene. The Amnesia of the Modern: Arendt on the Role of Memory in the Constitution of the Political. *PHILOSOPHICAL TOPICS*. VOL. 39, NO. 2, FALL 2011.

PASSOS, Fábio A. *A Faculdade do Pensamento em Hannah Arendt: implicações políticas*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

PLATÃO. *A República*. Trad. Enrico Convisieri. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

RICŒUR, Paul. *La Memoire, l'Histoire, l'Oubli*. Paris : Editions du Seuil, 2000.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e Pensamento entre os Gregos*. Trad. Haiganuch Sarian. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.

VEROVŠEK, Peter J. Unexpected Support for European Integration: Memory, Rupture, and Totalitarianism in Arendt's Political Theory. *The Review of Politics*. 76 (2014), 389–413.

WEINRICH, Harald. *Lete: Arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.